



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Termo Aditivo - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

PROCESSO 21.0.000005538-4

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2022, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA BF CONSTRUTORA E INCORPORADORA - LTDA, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO FORUM DA COMARCA DE ARAGUATINS.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **JOÃO RIGO GUIMARÃES**, brasileiro, portador do RG nº 3XX.XX1 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.XXX.XXX-53, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **BF CONSTRUTORA E INCORPORADORA - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.926.401/0001-20, com sede na Quadra 103 Sul, Rua SO 5, nº 5, Sala 4, Palmas/TO, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu procurador, o Senhor **MARCIO HENRIQUE DE CAMARGO SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº. 1.XXX.137 - SSP/TO, inscrito no CPF/MF sob o nº. 358.XXX.XXX-00, têm entre si, justo e avençado, o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo do percentual aproximado de 2,17% sobre o valor inicial do Contrato nº 10/2022 e a prorrogação do prazo para conclusão da obra por mais 30 (trinta) dias, ambos conforme o Despacho nº 86069/2022, evento 4716559 e posterior retificação evento 4718963.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO:

2.1. As partes acima qualificadas ajustam a prorrogação do prazo para conclusão da obra por mais 30 (trinta) dias, perfazendo o total de 300 (trezentos) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO:

3.1. Acresce-se ao Contrato nº 10/2022 o percentual aproximado de 2,17% sobre seu valor inicial, que corresponde à quantia de **R\$ 16.939,39 (dezesesseis mil novecentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos)**.

3.2. O valor global do Contrato nº 10/2022, após o acréscimo, passará de **R\$ 931.699,04 (novecentos e trinta e um mil seiscentos e noventa e nove reais e quatro centavos)**, para **R\$ 948.638,43 (novecentos e quarenta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas com a execução do objeto deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 06010 - Funjuris
Classificação Orçamentária: 06010.02.061.1145.3067
Natureza de Despesa: 44.90.51
Fonte de Recursos: 2760

4.2. As despesas inerentes à execução da prorrogação do Contrato nº 10/2022 serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

4.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a prorrogação contratual:

4.3.1. **Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.**
CNPJ/MF: 03.173.154/0001-73
Praça dos Girassóis, S/Nº. - Centro
CEP: 77.015-007
Palmas/TO.

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO:

5.1. O presente Termo Aditivo vincula-se, em sua integralidade ao Contrato nº 10/2022 e aos autos 21.0.000005538-4, bem como às disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

6.1. A publicação resumida do presente Termo no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

7.1. São mantidas e inalteradas as cláusulas do Contrato original e de seus aditivos, desde que não colidentes com o presente Instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Termo, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para que produza seus efeitos.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Henrique de Camargo Santos, Usuário Externo**, em 28/11/2022, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador João Rigo Guimarães, Presidente**, em 28/11/2022, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4725924** e o código CRC **82374B88**.